

ROBERTA STUMPF
NUNO GONÇALO MONTEIRO
(Organizadores)

1822
DAS AMÉRICAS PORTUGUESAS
AO BRASIL

Alain El Youssef
Andréa Slemian
Isabel Corrêa da Silva
Isabel Lustosa
Jorge M. Pedreira
Miguel Figueira de Faria
Nuno Gonçalo Monteiro
Roberta Stumpf


casadasletras

Índice

Introdução	9
Roberta Stumpf e Nuno Gonçalo Monteiro	
1. Servir o rei nos trópicos: o reino do Brasil e a monarquia carioca	15
Roberta Stumpf (Universidade Autónoma de Lisboa)	
2. Por força das circunstâncias. Guerra, comércio e a separação do Brasil	47
Jorge M. Pedreira (IHC-FCSH/Universidade Nova de Lisboa)	
3. Muitos <i>Brasis</i> e um Reino de Portugal e Algarves: a construção da alternativa de independência de 1822	91
Andréa Slemian (Universidade Federal do Estado de São Paulo)	
4. A imprensa que fez a independência	123
Isabel Lustosa (CHAM/Universidade Nova de Lisboa)	
5. Os Braganças de cá e de lá: legitimidade, soberania e os teatros de poder da dinastia	151
Isabel Corrêa da Silva (ICS/Universidade de Lisboa)	
6. Escravatura e tráfico negreiro na independência do Brasil	187
Alain El Youssef (Universidade de São Paulo)	

7. Iconologia em transição: a comunicação da imagem real em tempo de incerteza	225
Miguel Figueira de Faria (Universidade Autónoma de Lisboa)	
8. Brasileiros e portugueses, 1822. Trajetórias individuais e produção das diferenças	257
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade de Lisboa)	
Notas bibliográficas	295
Bibliografia e fontes	313
Créditos de imagens	341
Índice remissivo	345
Notas biográficas	353

Introdução

«Brasileiros, e vós habitantes de Minas [...]. Debaixo do suave e doce comando do Nosso Imperador, e à sombra e abrigo de tão Sagrada Égide, a fortuna começa a estender sobre nós o seu escudo refulgente, a meiga e santa liberdade afrontando os perigos, e menosprezando a morte, arvora já com todo o denodo os seus gloriosos estandartes por todo o vasto e Brasileiro Império: e a nossa Independência, quebrando essas cadeias que ainda nos restavam, firmou de todo a sua perpétua estabilidade.»

*(P. M. Manoel Joaquim Ribeiro, Oração que no solene aplauso consagrado pelo senado de Vila Rica à aclamação de Sua Majestade Imperial... Rio de Janeiro, Typografia nacional, 1823)**

«O ouro das Conquistas foi longo tempo a causa de poder durar um governo que nunca aprendeu quanto tinha, nem quanto gastava [...] vi na separação do Brasil um acontecimento ainda mais fértil em consequências do que foi a descoberta.»

(José Xavier Mouzinho da Silveira, preâmbulo ao decreto de abolição dos dízimos em Portugal de 30 de junho de 1832).

* Reproduzido em Carvalho, José Murilo de; Bastos, Lúcia, Marcello Basile, orgs. (2014). *Guerra Literária, panfletos da independência (1820-1823)*, Volume 3, Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 235.

Este é um livro sobre a independência do Brasil de 1822, pensado e escrito para os leitores portugueses. Constitui, entre outras coisas, um esforço para pensar as relações entre o Brasil e Portugal a partir de um contexto concreto e de várias formas de o olhar. Todas partilham, porém, o facto de se sustentarem no trabalho de historiadores portugueses e brasileiros e nas metodologias através das quais os historiadores praticam o seu ofício. Pretendem transmitir a um público alargado conhecimentos consolidados sobre um momento fundamental de histórias que se cruzam em muitos terrenos.

Estamos num ano de vários bicentenários, incluindo o da primeira Constituição escrita portuguesa aprovada nesse mesmo ano de 1822 a qual conserva um estreito vínculo com o objeto central deste livro. Foi o processo constitucional português que acabou por precipitar a independência do Brasil, marcada também ela por essa nova cultura política. Na verdade, ambos os acontecimentos se inserem num grande ciclo da história global, que podemos associar à Guerra da Independência Norte-Americana (declarada em 1776) e à Revolução Francesa (1789), mas que se esboçou antes, se alargou depois a todos os continentes, e teve um novo impulso precisamente em 1820. Sem dúvida, nesses tempos o horizonte de possibilidades ampliou-se de forma extraordinária, ao menos para quem ia sabendo ou lendo acerca do que se passava em outras paragens. Para estes podia-se começar a pensar a ordem do mundo de forma diversa daquilo que existia e como fora conformada desde há muitas gerações. No entanto, é completamente errado imaginar que o facto de circularem novas ideias, e de essa rotação se fazer de forma cada vez mais rápida, precipitara o planeta, ou pelo menos o Ocidente, num turbilhão contínuo de mudança e instabilidade. Nas Américas, a fundação da república dos Estados

Unidos esteve longe de gerar uma onda imediata e imparável de réplica e imitação. Na Europa, a evolução dos acontecimentos em França, geradora de muita empatia inicial, acabou por suscitar múltiplos temores e até mesmo o congelamento dos impulsos de reforma. Aliás, os novos equilíbrios políticos e económicos intercontinentais terão até produzido momentos de alguma prosperidade económica e comercial, conforme se detalha em textos incluídos neste livro a propósito do Brasil e do comércio externo português. Afinal, não foi imediatamente o impacto da revolução que precipitou a mudança. Foram sim os efeitos de um fenómeno subsequente que, centrado no velho continente, acabou por ter resultados diretos ou indiretos em outras paragens e, de forma notória, no Atlântico ibero-americano. Referimo-nos, naturalmente, à expansão franco-napoleónica. No fim de contas, foi a guerra de Napoleão que sequestrou a família real espanhola instigando a emergência nos territórios hispano-americanos de respostas muito diversas à nova situação e, do lado português, foi também o exército de Bonaparte que conduziu à transmigração da família real para as suas colónias na América em 1807/1808. Tudo o que se seguiu aconteceu em função de múltiplos legados e do timbre peculiar desse cenário próximo, mas também de circunstâncias específicas e de indivíduos e grupos, assim como da forma como estes atuaram nesses anos de fratura. Talvez ninguém na época tivesse imaginado o mapa político americano que acabaria por emergir ao longo do século XIX.

Centrado num ano de grande carga simbólica e política, o que este livro pretende é contar outras e diversas histórias da separação entre o Brasil, ou as muitas partes do Brasil, e Portugal. Colocando a ênfase na interação recíproca mas, sobretudo, sugerindo que foi como resultado dessa relação

dinâmica e muitas vezes conflituosa que, no decurso desses anos, se construíram novas noções, afetos e identidades. Parte de uma monarquia pluricontinental, o vice-reinado do Brasil e o governo do Grão-Pará e Maranhão, como estava dividida administrativamente a América portuguesa, constituíam um imenso conjunto de capitânias, futuras províncias, com grande autonomia entre si. Em boa medida, estes anos de 1808-1822 e seguintes cunharam, por meio de conflitos e disputas, uma outra administração, um território diverso e, sobretudo, uma identidade que acabou por se chamar «brasileira» em forte oposição à identidade portuguesa, cujo significado sempre fora muito mais a pertença política à monarquia lusa do que a terra onde se nasceu.

Embora algumas vezes evocada positivamente por quem pretendeu realçar a sua suposta natureza pouco violenta e rápida, por comparação com os territórios vizinhos hispano-americanos, a independência do Brasil foi frequentemente obliterada pela memória histórica e política. Do lado brasileiro, porque muitos consideraram que em 1822 só faltava formalizar uma separação de Portugal já quase consumada, e que as proclamações daquele ano poucas mudanças efetivas teriam acrescentado. De resto, persiste em algum publicismo a ideia de uma continuidade quase imutável da natureza das desigualdades e do autoritarismo do Brasil desde os primórdios da colonização até ao presente. Da parte portuguesa, nos tempos da imaginação nacionalista de um novo império, como foi boa parte dos séculos XIX e XX, porque o objetivo era fazer «novos brasis» em África, o momento da independência constituía exatamente o episódio que convinha escamotear tendo em vista os novos propósitos prosseguidos. O trabalho seminal de Valentim Alexandre sobre o processo da independência surge já num outro contexto e em rutura com esse legado.

O que este livro procura oferecer, porém, são olhares renovados sobre múltiplos temas, alguns pouco conhecidos, outros já muito bem estudados. O primeiro dos oito capítulos, de Roberta Stumpf, ocupa-se das modalidades simbólicas e político-administrativas que acompanharam a transformação dos domínios dos Bragança numa monarquia com um centro carioca, localizado num novo reino, o do Brasil. Todas essas mudanças são seguidas no capítulo de Jorge M. Pedreira, mas na perspectiva do portentoso impacto que a guerra, as relações internacionais e a separação do Brasil tiveram sobre o comércio e sobre a economia portuguesa. Da gestação, em boa medida imprevista, da alternativa da independência de 1822 trata o texto de Andréa Slemian, realçando, entre outras dimensões, o novo problema de como se tentou articular entre si os muitos e diversos brasis. Por seu turno, Isabel Lustosa estuda o decisivo papel da imprensa na consumação da rutura e Isabel Corrêa da Silva ocupa-se da dimensão dinástica do novo poder emergente, afinal uma monarquia isolada em meio a repúblicas. A questão central, embora por vezes pouco publicitada na época, da escravatura e tráfico negreiro na independência é debatida por Alain El Youssef. Com amplo suporte iconográfico, o trabalho de Miguel Figueira de Faria trata do tema da comunicação da imagem real num tempo de incerteza, que foi o da partida para o Brasil, o do primeiro liberalismo, o da proclamação da independência e o da aclamação do novo imperador do Brasil. Por fim, o capítulo de Nuno Gonçalo Monteiro ocupa-se da forma como se foi construindo, sobre um legado de intensa circulação e interação de pessoas dos dois lados do Atlântico, uma noção de brasileiro, diferente de português, até então inexistente.

A independência do Brasil provocou reações distintas nas diversas partes da antiga monarquia. Mas com mais ou menos

conflitos de permeio, acabou por se impor em todo «o vasto, e Brasileiro Império». Suscitou, também, uma clara simpatia em alguns domínios portugueses em África. No reino de Portugal, ao invés, ocasionou reações negativas e contribuiu para o fim da primeira experiência constitucional. A prazo, pelo menos, houve também quem pensasse, como Mouzinho da Silveira, que o fim dos proventos imperiais era uma oportunidade para se promoverem drásticas reformas internas e se extinguirem as instituições do Antigo Regime. E acabou por ser o mesmo D. Pedro, que chefiara a independência brasileira, quem à frente das tropas liberais impôs em Portugal de 1832 essas mudanças. Assim, de algum modo se completou a rutura iniciada no ciclo político que este livro pretende debater.

ROBERTA STUMPF e NUNO GONÇALO MONTEIRO